

**CARTA DE COMPROMISSO**  
**- Unidade de Saúde Familiar Briosa -**  
**Modelo B**

O Agrupamento dos Centros de Saúde (ACES) Baixo Mondego, representado pelo seu Diretor Executivo, Dr. António Manuel Pinto Brochado Moreira de Moraes e a Unidade de Saúde Familiar (USF) Briosa pela sua Coordenadora, Dr.ª Conceição Sousa Maia, constituída com base na aprovação do Parecer Técnico da Equipa Regional de Apoio (ERA), por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, IP (ARSC) em 29 de Maio de 2009 (data da passagem a modelo B), assumem nesta data a presente Carta de Compromisso, nos termos do artigo 6.º do DL n.º 298/2007 de 22 de Agosto, com efeitos para o ano civil de 2013, que se rege pelas seguintes condições:

1. A USF Briosa é parte integrante do ACES de Baixo Mondego, sendo constituída por uma equipa multiprofissional, médicos, enfermeiros e administrativos, identificada no **Anexo I**
2. A USF tem na presente data 10 510 utentes inscritos, que correspondem a uma dimensão ponderada de 13 302 inscritos, podendo até ao final de 2013 inscrever até 10 500 utentes.
3. A USF fica sujeita ao cumprimento das metas explícitas no **Anexo II – Compromisso Assistencial Contratualizado** – onde constam os seus objetivos de desempenho para a carteira básica de serviços e carteira adicional de serviços.
4. Durante o ano de 2013 serão ainda monitorizados os indicadores explicitados no **Anexo III**.
5. Paralelamente à contratualização referida no número 3, a USF compromete-se a construir um Plano de Acompanhamento Interno, nos termos do artigo 7.º da Portaria 301/2008 de 18 de Abril, baseado numa linha de orientação comum organizacional ou clínica (**Anexo IV**), desencadeando, assim, um processo de autoavaliação, que tem por objetivo atingir a acreditação. O referido plano, a implementar durante o ano de 2013, deverá ser construído com o apoio do ACES, nomeadamente do Conselho Clínico e de Saúde, e da Equipa Regional de Apoio no âmbito do processo de acompanhamento das USF, ficando o ACES responsável pela verificação da concretização do mesmo.
6. A USF compromete-se a efetuar, rigorosa e sistematicamente, no Sistema de Informação, os registos de todos os dados necessários à análise da sua atividade, sem os quais esta não poderá ser considerada em sede de contratualização.

7. A USF aceita e disponibiliza-se para prestar a colaboração necessária à realização de auditorias e ações de acompanhamento que venham a ser determinadas pela ARSC ou outras entidades para tal mandatadas pelo Ministro da Saúde, segundo a alínea h) do n.º4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 298/2007, 22 de Agosto.
8. A USF deve elaborar um Relatório de Atividades, focalizado no compromisso assistencial contratualizado, bem como um plano de aplicação dos incentivos institucionais, de acordo com o procedimento homologado e divulgado no portal da ARSC.
9. A ARSC, através do ACES, deve garantir as condições de funcionamento adequadas, de modo a que a USF cumpra as atividades previstas na carteira básica de serviços e na carteira adicional de serviços, aceite para o período em questão, disponibilizando os recursos mencionados no Manual de Articulação – **Anexo V** – de acordo com o artigo 6.º, n.º3, alínea a) e capítulo IV, ambos do Decreto-Lei n.º298/2007, 22 de Agosto.
10. Até 28 de Fevereiro<sup>1</sup> do ano seguinte, a ARSC, nos termos da Portaria 301/2008 de 18 de Abril, comunica à USF a decisão relativa à atribuição de incentivos, em consonância com o relatório de avaliação do processo negocial/contratual elaborado pelo Departamento de Planeamento e Contratualização.
11. A ARSC aprova o plano de aplicação dos incentivos institucionais proposto pela USF de acordo com os prazos previstos no procedimento homologado e divulgado no portal institucional.
12. O acompanhamento do desempenho da USF, a executar pela Unidade de Apoio à Gestão (UAG) do ACES, e com o apoio do Departamento de Planeamento e Contratualização se solicitado, efetua-se de forma automática e por via eletrónica, não sobrecarregando a USF com carga administrativa adicional. No entanto, sempre que necessário, a USF deve disponibilizar-se para prestar os esclarecimentos considerados como relevantes e solicitados pelo Diretor Executivo do ACES ou pela ARS.
13. Se circunstâncias imprevisíveis determinarem a desatualização das metas definidas no presente acordo (**Anexo II**), as partes contratantes assumem o compromisso de rever os referidos termos.
14. O não cumprimento do articulado deste compromisso, por parte da USF, poderá excluí-la da atribuição dos incentivos institucionais, mesmo que as metas tenham sido atingidas, ou conduzir mesmo a uma reavaliação do processo de constituição e de desenvolvimento da USF por decisão da ARSC.

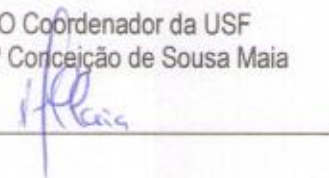
<sup>1</sup> O cumprimento do prazo está sujeito à disponibilização dos resultados finais dos indicadores negociados.

15. Nos termos do artigo 17.º, n.º4, do Decreto-Lei n.º298/298, de 22 de Agosto, e do artigo 6.º, n.º2, da Portaria n.º301/2008, 18 de Abril, o incumprimento das metas contratualizadas não releva se o mesmo tiver origem na não disponibilização atempada, por parte da ARSC, dos recursos mencionados no Anexo V.

O Diretor Executivo do ACES  
Dr. António Manuel Pinto Brochado Moreira de Morais



O Coordenador da USF  
Dr.ª Conceição de Sousa Maia



Coimbra, 19 de junho de 2013

**ANEXOS:**

- I – Constituição da Equipa
- II – Compromisso Assistencial Contratualizado
- III – Lista de indicadores para monitorização
- IV – Plano de Acompanhamento Interno
- V – Manual de Articulação ACES/USF

## ANEXO I – CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA

### Identificação, grupo profissional e vínculo laboral dos elementos da equipa

Nome	Grupo Profissional	Vínculo
Isabel Maria Bispo	M	CTFPTI
Isabel Maria Jacob Carvalho	M	CTFPTI
Laura Maria F. N. Parra Rocha Gonçalves	M	CTFPTI
Maria Conceição E. G. de Sousa Maia *	M	CTFPTI
Natália Guerreiro ferreira	M	CTFPTI
Rui Artur Coutinho da Silva Nogueira	M	CTFPTI
Ana Catarina Pato Silva Henriques	E	CTTC
Carla Alexandra Veiga Correia	E	CTFPTI
Dominda Elisabete Gomes Carreira	E	CTFPTI
Edite Susana Trindade Santos	E	CTFPTI
Isabel Maria Pedrosa Silva	E	CTFPTI
Maria Filomena Rodrigues Gonçalves	E	CTFPTI
José Alberto Lima Ribeiro	AT	CTFPTI
Laura de Jesus Correia Amador	AT	CTFPTI
Maria de Fátima Fernandes de Deus	AT	CTFPTI
Maria da Luz Esteves Dinis	AT	CTFPTI

Grupo Profissional: AT – Assistente Técnico; E – Enfermeiro – M – Médico

Vínculo: ND (CTFPTI) - Nomeação Definitiva (Contrato Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado); CTTC -

Contrato de Trabalho a Termo Certo; CTTI - Contrato de Trabalho a Termo Incerto



## ANEXO II – COMPROMISSO ASSISTENCIAL CONTRATUALIZADO

### A - CARTEIRA BÁSICA DE SERVIÇOS - INDICADORES

(Atribuição de incentivos institucionais)

[Art. 2.º, n.º2, alínea a) da Portaria n.º 301/2008, 18 de Abril - Anexo I]

Área	N.º S.I.	Indicador	Meta
Acesso	3.12	Percentagem de consultas ao utente pelo seu próprio médico de família	85%
	2013.002.v1	Taxa de utilização global de consultas médicas	73%
	4.18	Taxa de visitas domiciliárias médicas por 1.000 inscritos	30%
	4.30	Taxa de visitas domiciliárias de enfermagem por 1.000 inscritos	145
Desempenho Assistencial	5.2	Percentagem de mulheres entre os 25 e 64 anos com colpocitologia atualizada	61%
	2013.020.v1	Proporção de hipertensos com idade inferior a 65 anos, com pressão arterial inferior a 150/90 mmHg	58%
	5.4M 2	Percentagem de diabéticos dos 18 aos 75 anos com pelo menos duas HbA1C registadas nos últimos 12 meses, desde que abranjam os 2 semestres	91%
	5.10M i	Percentagem de hipertensos com pelo menos uma avaliação de pressão arterial em cada semestre	93%
	2013.027.v1	Proporção de crianças com 2 anos com PNV cumprido até ao segundo ano de vida	98%
	2013.047.v1	Proporção de inscritos com idade maior ou igual a 14 anos com registo de hábitos tabágicos	55%
	6.12	Percentagem de primeiras consultas na vida efetuadas até aos 28 dias	92%
	6.9 M	Percentagem de primeiras consultas de gravidez no primeiro trimestre	92%
Satisfação dos utentes	-	Percentagem de utilizadores satisfeitos/muito satisfeitos (aplicação de inquérito --- classificação final)	-
Eficiência	7.6 d4	Custo médio de medicamentos faturados (PVP) por utilizador <sup>2</sup>	153,00 €
	7.7 d1	Custo médio com MCDT faturados, por utilizador do SNS	43,78 €

<sup>2</sup>A meta contratualizada incorpora uma redução de 4,06% no custo por utilizador decorrente da revisão anual do preço do medicamento de acordo com a Portaria n.º 91/2013 de 28 de Fevereiro.



## B – CARTEIRA BÁSICA DE SERVIÇOS – INDICADORES DE DESEMPENHO

### Modelo B

#### 1 - Contratualização de atividades específicas

[Artigos 6.º, n.º3, alínea c) e 29.º, n.º2, do Decreto-Lei n.º 298/2007, 22 de Agosto]

Número de Médicos		Unidades ponderadas por médico (*) (UP)	Unidades contratualizadas por médico (*) (UC)
Integração até 31.12.2011	A tempo completo: 6	897	16
	A tempo parcial: --	--	--
Integração a partir de 01.01.2012	A tempo completo: --	--	--
	A tempo parcial: --	--	--

(\*) Não sendo possível, à data da assinatura da presente Carta de Compromisso, calcular as UP referentes ao ano anterior, atribui-se o valor de 8 UC, de acordo com o disposto no "Regulamento para o cálculo das remunerações dos profissionais integrados em USF modelo B" homologado pelo Sr. Secretário de Estado da Saúde em 23 de Abril de 2008. Se posteriormente o Sistema de Informação permitir calcular um valor superior de UC, será automaticamente atualizado este quadro.

Não obstante o valor das UC por médico, resultante do cálculo das atividades específicas, a remuneração mensal deverá ser ajustada em observância com o estipulado no Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de Agosto, e "Regulamento para o cálculo das remunerações dos profissionais integrados em USF modelo B" homologado pelo Sr. Secretário de Estado da Saúde em 23 de Abril de 2008, pelos quais não devem ser ultrapassadas as 20 UC nos médicos a tempo completo.

#### 2 - Critérios para atribuição de incentivos financeiros

(Portaria n.º 301/2008, 18 de Abril - Anexo II)

População alvo	Critério	N.º S.I.	Indicador	Meta
Mulheres entre 15 e 49 anos	Com consulta de PF de enfermagem no ano	22 M	Taxa de utilização da consulta de enfermagem em planeamento familiar	48%
	Com colpocitologia realizada na USF nos últimos 3 anos	5.2 M	Percentagem de mulheres entre os 25 e 49 anos, vigiadas na USF, com colpocitologia atualizada	90%
Mulheres que terminaram a gravidez	Nº consultas enfermagem >=6 (sem puerpério)	4.22 M	Percentagem de grávidas com 6 ou mais consultas de enfermagem em saúde materna	88%
	Com consulta de revisão puerpério efetuada	6.4	Percentagem de grávidas com revisão puerpério efetuada	82%

*Handwritten signature and initials*

População alvo	Critério	N.º S.I.	Indicador	Meta
	Com visita domiciliária de enfermagem efetuada à puérpera	4.33	Percentagem de visitas domiciliárias de enfermagem a puérperas vigiadas na USF durante a gravidez	72%
Crianças até aos 12 meses	Com diagnóstico precoce realizado até ao 7.º dia de vida	6.13	Percentagem de diagnósticos precoces (TSHPKU) realizados até ao 7.º dia de vida do RN	99%
	Com visita domiciliária de enfermagem até ao 15.º dia	4.34 M	Percentagem de visitas domiciliárias de enfermagem a RN até aos 15 dias de vida	70%
	>= 6 consultas de vigilância médicas entre os 0 e os 11 meses	4.9 M 1m	Percentagem de crianças com pelo menos seis consultas de vigilância médicas de saúde infantil dos 0 aos 11 meses	85%
Crianças entre os 12 e os 23 meses	>= 3 consultas de vigilância médicas em SI entre os 12 e os 23 meses	4.10 M 1m	Percentagem de crianças com pelo menos três consultas de vigilância médicas de saúde infantil no segundo ano de vida	85%
	Com registo IMC nos últimos 12 meses	5.13 M2	Percentagem de inscritos com peso e altura registados nos últimos 12 meses	95%
	Com PNV atualizado	2013.027.v1	Proporção de crianças com 2 anos com PNV cumprido até ao segundo ano de vida	98%
Diabéticos vigiados na USF	Com consulta de enfermagem realizada	6.19 M	Percentagem de diabéticos dos 18 aos 75 anos abrangidos pela consulta de enfermagem	95%
Diabéticos diagnosticados	Com registo de gestão do regime terapêutico ineficaz	2013.036.v1	Proporção de diabéticos com consulta de enfermagem e gestão do regime terapêutico (3 itens) no último ano	-
Diabéticos vigiados na USF	>= 1 exame dos pés registado	5.7	Percentagem de diabéticos dos 18 aos 75 anos com pelo menos 1 exame aos pés registado no ano	95%
Hipertensos vigiados na USF	Com pelo menos uma avaliação (registo) da pressão arterial em cada semestre	5.10 M f	Percentagem de hipertensos com registo de pressão arterial em cada semestre	93%
	Grupo de risco de HTA ativo e registo IMC no último ano	5.13 M 1	Percentagem de hipertensos com pelo menos um registo de IMC nos últimos 12 meses	95%
	Com PNV atualizado	6.2 M	Percentagem de hipertensos com idade maior ou igual a 25 anos com vacinação antitetânica atualizada	96%

### 3 – Alargamento de Horário

(Artigos 10.º, n.º 5, 30.º, 32.º e 34.º do Decreto-Lei n.º298/2007, 22 de Agosto)

Horário semanal			N.º Profissionais por turno			Encargo mensal (€)*			Produção anual	
Tipo de Alargamento	Período Diário	Carga horária (nº horas)	Médicos	Enfermeiros	Administrativos	Médicos	Enfermeiros	Administrativos	N.º Consultas	% de Programação
Dias úteis	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Sábados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	
Feriados	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	

\* De acordo com as normas de cálculo das remunerações dos profissionais das USF – Mod. B (dados fornecidos pela secção de pessoal). Os montantes apresentados referem-se a valores totais mensais por grupo profissional devendo a sua distribuição ser realizada de acordo com o Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de Agosto, e o "Regulamento para o cálculo das remunerações dos profissionais integrados em USF modelo B" homologado pelo Sr. Secretário de Estado da Saúde em 23 de Abril de 2008.

### C – CARTEIRA ADICIONAL DE SERVIÇOS

(Art. 6.º, n.º6 e 7, do Decreto-Lei n.º298/2007, 22 de Agosto)

(Portaria n.º1368/2007, 18 Outubro, Anexo II)

Atividades *	Indicadores	Metas
Consulta de desabitação tabágica	N. de consultas de desabitação tabágica	88
Pequena Cirurgia	N. de intervenções de pequena cirurgia	54

\* Identificar todas as carteiras adicionais, indicador e meta respetivos

Consulta de desabitação tabágica	Grupo Profissional		
	Médicos	Enfermeiros	Administrativos
Nº de profissionais envolvidos	1	1	1
Carga horária semanal/mensal *(nº horas)	4	4	0,25
Pacote de horas anual (nº horas)	44	44	11

\* Adequar o preenchimento à situação aplicável (semanal/mensal)



Pequena Cirurgia	Grupo Profissional		
	Médicos	Enfermeiros	Administrativos
Nº de profissionais envolvidos	1	1	1
Carga horária mensal *(nº horas)	3	3	0,75
Pacote de horas anual (nº horas)	36	36	9

\* Adequar o preenchimento à situação aplicável (semanal/mensal)

### ANEXO III – INDICADORES PARA MONITORIZAÇÃO EM 2013

Área	N.º S.I.	Indicador
Diabetes	2013.042.v1	Proporção de utentes com diabetes tipo 2 com terapêutica com metformina
Diabetes	2013.097.v1	Proporção de utentes com diabetes, com microalbuminúria no último ano
Diabetes	2013.039.v1	Proporção de utentes com diabetes, com o último registo de HbA1c inferior ou igual a 8,0%
Diabetes	2013.096.v1	Rácio entre a despesa faturada com inibidores DPP-4 e a faturada com antidiabéticos orais, em doentes com diabetes mellitus tipo 2
Hipertensão	2013.021.v1	Proporção de utentes com hipertensão arterial, com prescrição de anti-hipertensores do tipo tiazídico
Rastreio Oncológico	2013.044.v1	Proporção de mulheres entre [50; 70[ anos, com mamografia registada nos últimos dois anos
Rastreio Oncológico	2013.046.v1	Proporção de inscritos com idade entre [50; 75[ anos, com rastreio de cancro do cólon e reto efetuado
Saúde Adultos	2013.065.v1	Proporção de utentes com idade igual ou superior a 75 anos, com prescrição crónica inferior a cinco fármacos
Transversal	2013.053.v1	Proporção de inscritos com idade igual ou superior a 14 anos, com quantificação dos hábitos alcoólicos nos últimos 3 anos

## ANEXO IV- PLANO DE ACOMPANHAMENTO INTERNO

(Art. 7.º da Portaria 301/2008, 18 de Abril)

Área de Acompanhamento
Vigilância do doente com DPOC

## ANEXO V – MANUAL DE ARTICULAÇÃO

Recursos físicos, técnicos, humanos e financeiros

(Artigos 6.º, n.º3, alíneas *a* e *b*) e 18.º do Decreto-Lei n.º298/2007 de 22 de Agosto)

O Manual de articulação assinado entre a Diretora Executiva do ex ACES Baixo Mondego I e a Unidade de Saúde Familiar "Briosa" em 27/09/11, encontra-se em revisão, devendo ser concluído até 31 de Agosto de 2013.